

Universidade Federal de Pernambuco
Centro de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Disciplinas: Tópicos Especiais em Geografia Humana - Olhares Interdisciplinares Sobre Fronteira I e II
Carga horária: 30h + 30h
Período letivo: 2024.1

Docentes: Profa. Dra. Ana Carolina Gonçalves Leite (PPGEO/UFPE), Profa. Dra. Sofia Cavalcanti Zanforlin (PPGCOM/UFPE), Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (PPGSOF/UFRR) e Prof. Dr. Rodrigo Pereira Chagas (PPGSOF/UFRR)

Ementa:

A disciplina é pensada como exercício de parceria entre os grupos de pesquisa Migra-UFPE e Geifron da Universidade Federal de Roraima, como forma de possibilitar e aprofundar trocas e debates acerca da possibilidade de abordagens nos estudos de/sobre fronteira. A disciplina é dividida em 4 módulos com abordagens sobre epistemologias, metodologias e relatos de trabalhos de campo tendo como ponto de partida a pesquisa *Fronteiras da mobilidade no Brasil contemporâneo: comunicação e experiência migrante na securitização do acolhimento e da integração social no âmbito da Operação Acolhida*, sem se limitar a um relato de pesquisa, especificamente. O objetivo da disciplina, portanto, é aprofundar a parceria institucional e pensar conjuntamente, para além dos próprios limites dos campos de atuação, entre os diferentes saberes, no intuito de complexificar e atualizar a literatura do ponto de vista epistemológico como metodológico, ao mesmo tempo em que aproxima as abordagens a partir das possibilidades em comum. Os temas abordados versarão sobre interculturalidade; hibridismos; dataficação; migração digital; trocas e fluxos de pessoas e coisas; violência, tráfico e vigilância; corpos e fronteiras; Fronteiras e mercadorias; questões contemporâneas da geopolítica e as fronteiras; economia humanitária e as fronteiras; questões sociais e as fronteiras: garimpo, tráfico de drogas, organizações criminais e suas múltiplas relações na sociedade; a questão indígena: migrantes climáticos; expulsões; as fronteiras ampliadas para além dos territórios.

Metodologia: disciplina híbrida **sediada fisicamente** no PPGCOM da UFPE. A matrícula será realizada pelos três programas de pós-graduação participantes.

Os módulos serão conduzidos por diferentes professores: Sofia Zanforlin – PPGCOM/UFPE; Ana Carolina Leite PPGEO/UFPE; France Rodrigues PPGSOF/UFRR; Rodrigo Chagas PPGSOF/UFRR.

OBS: A disciplina é ministrada em parceria e procura contemplar as diferenças entre calendários das instituições. Dessa forma, o mês de março se espera que alunos se preparem para o curso por meio de acesso antecipado às leituras. Haverá espaço no classroom para a inserção de comentários e reações aos textos, como forma de contabilização de carga horária.

Plano de aulas - **Abertura 03/04 (8h às 11h)**

Aula 1: 10 de abril 2024 (8h às 12h + 2h de atividades dirigidas): Fronteiras da crítica para pensar um mundo que vem se transformando todo ele em fronteira
Referência

ARANTES, Paulo. *O mundo-fronteira*. Princípios: Revista de Filosofia, Natal, v. 29, n. 60, set. - dez. 2022. ISSN 1983-2109

Link para download: <https://periodicos.ufrn.br/principios/article/view/30865/16251> (versão texto) ou

ARANTES, Paulo. *O mundo-fronteira*. Espaço Cultural CPFL e TV Boitempo. 2016.

Link para assistir: https://www.youtube.com/watch?v=wDgfP-cx7e4&ab_channel=TVBoitempo (versão vídeo-palestra)

Aula 2: 17 de abril 2024 (8h às 12h + 2h de atividades dirigidas): O problema da expansão territorial na tradição geográfica para pensar fronteira e violência hoje

Referências

ROUGEMONT, Laura dos Santos. *À margem da voz*: Sobre fronteiras e violência política contra mulheres na Amazônia. Doutorado em Geografia (Tese). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

Link para download: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/27963>

BEDINELLI, Talita. Por que os garimpeiros comem as vaginas das mulheres Yanomami? *Revista Sumaúma*. Terra Indígena Yanomami, Amazônia. 13 setembro de 2022.

Link para download: <https://sumauma.com/por-que-os-garimpeiros-comem-as-vaginas-das-mulheres-yanomami/>

Aula 3: 24 de abril 2024 (8h às 12h + 2h de atividades dirigidas): Guerra civil, milicização, militarização e administração armada da vida social no Brasil hoje

Referências

BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha (org.). *Até o último homem*. Visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013. (livro)

PEREIRA, Denise Marini. *Humanitarismo e militarismos*: o protagonismo das Forças Armadas na resposta do Estado Brasileiro às migrações venezuelanas (2018-2022). Doutorado em Estudos Estratégicos (Tese). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2023.

Link para download: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/31763?show=full>

CARMO, S. A.; SILVA, A. B.; LIMA, F. G. S. C. AS FRONTEIRAS TERRITORIAIS DAS RELAÇÕES DE PODER DO PRIMEIRO COMANDO NA CAPITAL (PCC) NO ESTADO DE RORAIMA. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, Boa Vista, v. 13, n. 38, p. 89–104, 2023. DOI: 10.5281/zenodo.7648316. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/910>. Acesso em: 29 jan. 2024.

Link para download: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/910>

Aula 4: 8 de maio 2024 (8h às 12h + 2h de atividades dirigidas): Epistemologias da Comunicação para o estudo das fronteiras: o bios midiático.

Referências:

SODRÉ, Muniz. **A ciência do comum: notas para o método comunicacional**. Petrópolis: Vozes, 2014.

_____. **A sociedade incivil: mídia, liberalismo e finanças**. Petrópolis: Vozes, 2021.

ELHAJJI, Mohammed. **Comunicação Intercultural: apontamentos analíticos**. Contemporânea (Título não-corrente), v. 3, n. 1, p. 52-60, 2005.

_____. **Migrações, TICs e comunidades transnacionais: o dever diaspórico na era global**. In: XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom), 2011, Recife.

_____. **O intercultural migrante: teorias & análises**. Porto Alegre: Fi, 2023.

JOSEPH, Handerson. **A Pluriversalidade das fronteiras**. In *Olhares sobre as fronteiras: questões de pesquisa*. UNIFAP, 2023.

Aula 5: 15 de maio 2024 (8h às 12h + 2h de atividades dirigidas): Migração digital e fronteiras: tendências e convergências entre campos das ciências sociais e a Comunicação

Referências:

- AGIER, Michel. **Borderlands**. Polity Press, 2016.
- Chouliaraki, Lilie; Georgiou, Myria. **The Digital Border**. Migration, Technology, Power. New York University Press, 2022.
- LOUERS, Koen. **Digital Migration**. Sage Publications, 2023.
- MARINO, Sara. **Mediating the Refugee Crisis: Digital solidarity, Humanitarian Technologies and Border Regimes**. Palgrave Macmillan, 2021.

Aula 6: 22 de maio 2024 (8h às 12h + 2h de atividades dirigidas): Modos de ser fronteira: economia humanitária, vigilância e acolhimento contemporâneos.

Referências:

- CASTRO NEIRA, Yerko; SANCHÍZ, Alejandro Agudo; Bourgeois, Catherine. **Movilidades humanas en crisis: estudios comparados en las fronteras de las Americas y Europa / Mexico: Universidad Iberoamericana Ciudad de Mexico, 2024 – Publicación electrónica. – ISBN: 978-607-8931-89-7.**
- DASTYARY, Azadeh; NETHERY, Amy; HIRSH, Asher. **Refugee Externalization Policies – responsibility, legitimacy and accountability**. Routledge, 2023.
- FINOTELLI, Claudia, PONZO, Irene. **Migration Control Logics and Strategies in Europe. A north-south Comparison**. IMISCOE- Springer, 2023.
- MARINO, Sara. **Mediating the Refugee Crisis: Digital solidarity, Humanitarian Technologies and Border Regimes**. Palgrave Macmillan, 2021.
- KORKMAZ, Emre Eren. **Digital Identity, virtual borders and social media. A panacea for Migration Governance?** Elgar, 2021.
- Migration Roudtables for Asia, Africa e Latinoamerica:** <https://iamcr.org/s-wg/working-group/dim>

Aula 7: 29 de maio 2024 (8h às 12h + 2h de atividades dirigidas): Espaços transfronteiriços, imaginários e o Lugar Guayana: “ Onde os fracos não tem vez”.

Referencias

- OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de Oliveira. **Amazônia caribenha: Processos Históricos e os desdobramentos socioculturais e geopolíticos na ilha da Guiana**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. Capítulo VI, pp203-236.
- PEREIRA, Mariana Cunha. **A Ponte Imaginária: O Trânsito De Etnias Na fronteira Brasil e Guiana [Tese de Doutorado]**. CENTRO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS- CEPPAC; UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB, Brasília, DF, 2005. Disponível em https://www.academia.edu/110383580/TESE_Brasil_e_Guiana_PDF
- PEREIRA, M. C. A memória de brasileiros e guianenses sobre a revolta do rupununi na fronteira Brasil - Guiana. **Textos e Debates**, [S. l.], v. 3, n. 28, 2016. DOI: 10.18227/2317-1448ted.v3i28.3393. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/3393>. Acesso em: 27 fev. 2024.
- RODRIGUES, F.S. **Nacionalidade no Pensamento Social Brasileiro e Venezuelano e o Lugar Guayana**, Manaus, EDUA, 2014. Pp289

SANTOS, *Adriana Gomes*; FERNANDES NETO, *Antônio*. **Genocídio Indígena e perseguição à igreja católica em Roraima**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2016

Aula 8: 5 de junho 2024 (8h às 12h + 2h de atividades dirigidas): Confinos do Humano e invisibilidades: dinâmicas transfronteiriças, violências e resistências.

Referências

BARRETO, Tarcia Milene de Almeida Costa. **Saúde ambiental e migração: uma análise dos impactos da migração venezuelana sobre os serviços hospitalares na cidade Boa Vista-RR**. 2021. 266 f. Tese (Doutorado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós-Graduação em Recursos Naturais, Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2021. Disponível em <http://repositorio.ufr.br:8080/jspui/handle/prefix/478>

CASTRO, Mariana. Militarização e Necropolítica da Fronteira: as respostas do Brasil à crescente migração venezuelana. **Mural Internacional**, Rio de Janeiro, Vol.11, e 48787, 2020.

MARTINS, José de Souza. **Fronteira: a degradação do Outro nos confins do humano**. São Paulo: Contexto. Acesso em: 27 fev. 2024, 2018.

RAMOS, A. R. A.; OLIVEIRA, K. A. de. Mercúrio nos Garimpos da Terra Indígena Yanomami e Responsabilidades. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 23, p. 1-22, 2020.

RODRIGUES, F.S. Garimpagem e Mineração no Norte do Brasil. Manaus: EDUA, 2017.

SILVA, Joao Carlos Jaronchisk; OLIVEIRA, Marcia Maria de. Migrações, fronteiras e direitos na Amazônia. **REMHU - Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** Brasília, Ano XXIII, n. 44, p. 157-169, jan./jun. 2015

VASCONCELOS, I.S e MACHADO, I. Uma missão eminentemente humanitária? Operação Acolhida e a gestão militarizada nos abrigos para migrantes venezuelanos/as em Boa Vista- RR **REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum.** 29 (63) • Sep-Dec 2021 • <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006307>

Aula 9: 12 de junho 2024 (18 às 22h + 2h de atividades dirigidas): Colonização Interna da Amazônia, Regime Tutelar e Sabotagem das Terras Indígenas

Referências:

CARDOSO, Roberto Cardoso. 1978. A noção de “colonialismo interno” na etnologia. IN: **A sociologia no Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Editora UNB.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. 2007. Colonialismo interno (uma redefinição). IN: **A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas**. Buenos Aires: CLACSO.

IANNI, Octavio. A geopolítica da Amazônia. In: **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, pp. 130-144.

OLIVEIRA FILHO, J. P. 2014. Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios. **Mana**, 20(1), 125–161. <https://doi.org/10.1590/S0104-9313201400010000>

Veblen, Thorstein. s./d. **On the nature and uses of sabotage**. New York: The Dial Publishing. Acesso:

http://fau.digital.flvc.org/islandora/object/fau%3A5366/datastream/OBJ/view/On_the_nature_and_uses_of_sabotage.pdf

OLIVEIRA FILHO, João Pacheco. **Os ticunas e o regime tutelar**. São Paulo: Marco Zero, 1988, cap. 9 e 10, pp. 236-280.

Aula 10: 19 de junho 2024 (18 às 22h + 2h de atividades dirigidas): Garimpagem e narcotráfico na Terra Indígena Yanomami

Referências:

CARDOSO, Roberto Cardoso. 1978. O índio na consciência nacional. IN: **A sociologia no Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Editora UNB.

Chagas, Rodrigo Pereira. **Narcogarimpo**: las afinidades electivas entre los frentes de minería ilegal y la expansión del narcotráfico en la Amazonía brasileira.

Couto, Aiala Colares. Relações de poder e processos de territorialização do narcotráfico na metrópole. IN: **Do poder das redes as redes do poder**: necropolítica e configurações territoriais sobrepostos do narcotráfico na metrópole de Belém-PA. Belém: tese de doutorado, UFPA.

Manso, Bruno Paes; Dias, Camila Nunes. 2018. A expansão. IN: **A guerra**: Ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia.

Ramos, Alcida. **A “viagem” dos índios**. Blog da Biblioteca Virtual do Pensamento Social. In: <https://blogbvps.com/2023/10/10/bvps-autorais-alcida-rita-ramos/>

Biondi, Karina. 2010. **Juntos e Misturados**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Terceiro nome.

Documentos históricos:

CCPY. 1982. Proposta de demarcação da TI Yanomami.

FUNAI. 1984. Projeto de demarcação da TI Yanomami.

FUANI. 1992. Operação Selva Livre.

Aula 11: 26 de junho 2024 (8 às 11h): ENCERRAMENTO.

Anexo: Introdução ao curso do professor Rodrigo Chagas

Entre a tutela, a guerra às drogas e a sabotagem: dilemas históricos da Terra Indígena Yanomami

Rodrigo Chagas¹

APRESENTAÇÃO:

No artigo “[Pacificação e tutela militar na gestão de populações e territórios](#)”, João Pacheco de Oliveira (2014) nos instiga com uma reflexão profunda sobre o conceito *pacificação*. Trata-se de um eufemismo para as guerras e confrontos étnicos, que deu base ao estabelecimento do regime de tutela indígena, e que no século XXI reapareceu por meio das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), em territórios urbanos do Rio de Janeiro. O objetivo do Estado, neste novo contexto, era o de pacificar territórios onde atuam grupos — as chamadas “facções” — nascidos no sistema penitenciário, que se estabelecem a partir da dominação armada e de mecanismos de governança nas periferias das cidades.

Por ironia do destino, na mesma época em que o artigo foi publicado, os primeiros membros das “facções do Sudeste” surgiam nas regiões mais remotas da Amazônia, incluindo o Alto Solimões, região do clássico estudo de Pacheco de Oliveira, intitulado [O nosso governo: os Ticuna e o regime tutelar](#), de 1988. Conforme apuramos nos trabalhos de campo que embasaram o relatório [Cartografias da Violência na Amazônia](#) (2023), do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a infiltração desses grupos ocorreu tanto nas periferias e prisões das capitais amazônicas quanto em povoados rurais, Quilombos e Terras Indígenas (TIs), alcançando até mesmo áreas de difícil acesso, como a TI Yanomami. A situação é grave, incluindo relatos que envolvem indígenas que cometeram delitos, foram aprisionados (ver [Stephen Baines](#)) e retornaram às suas comunidades associados às facções. Mais alarmante ainda é constatar que elementos do universo simbólico dessas “irmandades” já estão presentes no imaginário de parte da juventude indígena; do mesmo modo, membros dessas [facções infiltram-se nas TIs por meio das frentes de garimpagem](#), estabelecendo formas ainda mais violentas de dominação territorial.

Diante desse quadro, a complexa situação da segurança pública na região amazônica exige diversos esforços para, ao menos, tentar conter o avanço desse processo iniciado nos últimos anos, com potencial suficiente para ameaçar a

¹ Sociólogo e professor de Ciências Sociais na Universidade Federal de Roraima, membro do Programa de Pós-graduação Sociedade e Fronteiras e atua como pesquisador junto ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

sobrevivência de comunidades indígenas inteiras e, com isso, acelerar o processo de possível colapso ambiental na Amazônia, algo previsto por cientistas, em artigo da [revista Nature](#), para 2050.

Para tratarmos do assunto, elencamos duas ponderações iniciais que devem ser destacadas:

Importância estratégica das TIs: segundo o relatório da ONU intitulado [State of the World's Indigenous People](#), as comunidades indígenas, que representam apenas 5% da população mundial, desempenham papel crucial na preservação de 80% da biodiversidade. O MapBiomas, por sua vez, confirma que, mesmo enfrentando violações criminais as mais variadas, as [Terras Indígenas foram as áreas mais preservadas do Brasil entre 1985 e 2022](#).

Desafio das “Facções do Sudeste”: o preocupante avanço de irmandades criminais (ver [Camila Dias](#), [Gabriel Feltran](#), [Karina Biondi](#)) em Terras Indígenas, Quilombolas e seus arredores demanda uma abordagem complexa e urgente. Reconhecemos que tais redes se articulam nos territórios e operam sob uma lógica global (ver [Aiala Couto](#)), o que reforça a necessidade de um amplo programa de pesquisas quantitativas e qualitativas para compreender adequadamente a situação, com o fim de conter fenômenos derivados das guerras internacionais às drogas (ver [Revealing the missing link to Climate Justice: drug policy](#)).

É importante levar a sério as denúncias de organizações indígenas, como na cartilha [Não ao Marco Temporal](#), feita pela Articulação do Povos Indígenas do Brasil (APIB). A tese nasceu da resolução de décadas de conflitos em torno da demarcação da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol (TIRSS), que seguiu o modelo da demarcação de área contínua, tal como na Terra Indígena Yanomami (TIY) (ver [Alcida Ramos](#) e [Bruce Albert](#)). No caso da TIRSS, havia o investimento feito por produtores de arroz em terras do Estado, as antigas Fazendas Nacionais, que se sobrepuseram aos territórios ancestrais de diversas etnias, principalmente dos [Macuxi](#) e [Wapichana](#). Além disso, a região havia sido colonizada por militares, garimpeiros e fazendeiros que eventualmente se casaram com indígenas de diversas etnias da região, ou que então “adotaram” crianças indígenas (ver [Nádia Farage](#), [Paulo Santilli](#)). Tal processo histórico envolveu uma série de conflitos fundiários violentos e desdobramentos judiciais — dentre eles, a “tese” do Marco Temporal.

Setores do agronegócio e da mineração são os mais interessados em fixar todas as demarcações de terras a partir da Constituição de 1988. Se prevalecer a força do [lobby econômico e das lideranças políticas regionais](#), essa perspectiva dará base jurídica para o avanço do agronegócio e da mineração legal e ilegal nas regiões mais conservadas da Amazônia. Atualmente, ela já serve de esteio ideológico para

diversas infrações, como Fábio Bispo denunciou na reportagem [“Fazendeiros justificam invasões a terras indígenas com marco temporal aprovado pelo Congresso”](#) pelo InfoAmazônia.

Com efeito, a garimpagem representa o maior desafio para as Terras Indígenas. A Amazônia Legal concentra cerca 90% da área alvo de garimpo no território nacional, sendo que 12% da área degradada está localizada em Terras Indígenas (ver [Antonio Oviedo e Estevão Senra](#)). A simpatia e o apoio de diversas lideranças políticas e empresariais facilitaram a entrada de investidores com elevada capacidade financeira, bem como a adoção de novas tecnologias, como a internet via satélite e os painéis solares, uma nova geração de motores, retroescavadeiras e quadriciclos para extração de toneladas de cassiterita e ouro.

[Nesse contexto, a degradação ocorrida entre 2018 e 2023 foi significativa](#), com operações ininterruptas de garimpagem ilegal. Em sua face mais brutal, tal quadro resultou num desastre sanitário, sociológico e econômico para os Yanomami, conforme denunciou o relatório [Yanomami sob ataque](#). Há indícios ainda de que as frentes de garimpagem nas Terras Indígenas foram estimuladas historicamente por lideranças econômicas e políticas como uma forma de sabotagem contra as demarcações das TIs.

Enfim, os desdobramentos desse tipo sabotagem — cujo nível é, sem exagero, industrial — contra a TI Yanomami e outras regiões são trágicos. Em meio a tudo isso, há cada vez mais exemplos de [agentes do narcotráfico que utilizam a logística da garimpagem e “faccionam” garimpeiros e indígenas](#). É neste ponto de encruzilhada socioambiental que se insere a tese do Marco Temporal, ampliando a fragilização jurídica e política dos poucos espaços tutelados pelo Estado brasileiro que efetivamente preservam a Amazônia: as Terras Indígenas.